

REFERÊNCIAS EPIGRÁFICAS À CIVITAS DOS BANIENSES

A mais antiga referência a esta *civitas*, conhecida nos séculos XV e XVI, é a inscrição que se encontrava inserida na Ponte de Alcântara (CIL II 760), indicando os diversos *municipia* que contribuíram na sua construção.

A transcrição da peça original pode ter motivado alguns erros, tais como *Arani* em vez de *Aravi* e *Talores* em vez de *Tapores*, todavia as dúvidas não se reduzem a questões epigráficas, uma vez que a maioria das *civitates* continuam por localizar com precisão. Se excetuarmos os casos dos *Igaeditani* (Idanha-a-Velha) e dos *Aravi* (Devesa), todas as restantes sedes de *civitas* se encontram por localizar.

A segunda referência à *civitas* encontra-se numa ara dedicada a Júpi-

ter, recolhida no sítio do Baldoeiro. O aparecimento desta epígrafe corrobora a existência desta *civitas* e permitiu uma maior aproximação à sua localização. Tratando-se de um altar de granito, dedicado a Júpiter, foi publicado pela primeira vez por António Carneiro de Magalhães. No seu relato, António Magalhães testemunhou o achado *in loco*, encontrando-se a peça à superfície devido aos revolvimentos motivados por uma habitante de Estevais, que procurava tesouros. O local exato onde foi encontrada a epígrafe, foi relacionado com os vestígios da igreja denominada “Mesquita”, dedicada a S. Mamede. Não parecem existir dúvidas de que a peça procede do Baldoeiro, sendo Estevais a povoação mais próxima ao sítio, o facto de Carneiro de Magalhães ter sido acompanhado por habitantes da aldeia e ser a origem do referido

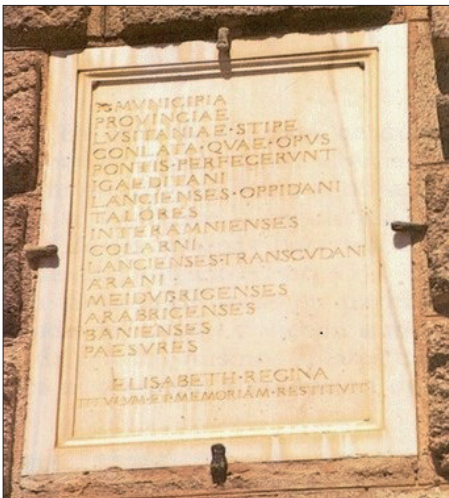


Fig. 1: Réplica atual da inscrição da ponte de Alcântara (CIL 760).

Fig. 2: Reprodução da ara encontrada no Baldoeiro (CIL2399) publicada por Leite de Vasconcelos (1913, III, p. 229).

caçador de tesouros. Também a indicação da existência de uma capela e de “cobras esculpidas na rocha”, gravuras publicadas por Santos Júnior (1931), confirmam ser esse o local do achado.

SÍNTESE SOBRE O ESTADO DA INVESTIGAÇÃO

Os primeiros autores a debruçarem-se sobre a questão da *civitas* dos *banienses* foram Carneiro Magalhães (1845), General Pery (1845) e A. Cabral (1910), relacionando-se a sede da *civitas* com o local do achado da segunda epígrafe - Baldoeiro. O manuscrito do general Pery, referido por L. Vasconcelos, F. Alves e por J. Alarcão, refere também que no local designado por Mesquita (Baldoeiro) haveria uma capela em ruínas, na qual se encontraria a ara. Em sua opinião, a capela seria adaptação de um templo romano e conservaria ainda, no seu muro norte, parte da original obra romana até 2 m de altura. Segundo a mesma fonte, num rochedo sobranceiro à capela haveria “escavações de várias formas”, à volta da capela haveria alicerces, pedras de cantaria, telhas e em casa próxima da capela haveria uma inscrição latina.

A. Cabral (1910) publica ainda o achado de um “touro” e de uma “pedra lavrada”. No seu artigo, a depreender pelas imagens, as pedras parecem elementos arquitetónicos da igreja: o suposto touro seria antes um cachorrão representando uma cabra e a outra peça um elemento de porta.

Mais tarde, Leite de Vasconcelos (1913, III, p. 176) a propósito da *civitas Baniensium* refere que “o seu *oppidum* creio ter sido um importante castro que está sobranceiro ao vale da Vilariaça”. A mesma ideia é repetida mais à frente (Vasconcelos, 1913, III, p. 223) “Aqui perto ha um castro que (...) creio ter sido a sede da *civitas Baniensium*. A partir daqui a localização da *civitas* começa a ser relacionada com o cabeço de Santa Cruz de Vilariaça.

O Abade de Baçal (Alves, 1938-2000, IX, p. 238) ao fazer uma releitura de L. Vasconcelos pensa que “Derruida, São Mamede e Vila de Santa Cruz coincidem ou se equivalem geográfica e arqueologicamente”. A confusão pode dever-se à maior monumentalidade dos vestígios arqueológicos preservados no cabeço de Santa Cruz da Vilariaça, também à existência de uma capela, à posição geoestratégica do sítio e mesmo a obtenção de foral em 1225. A partir dos textos de Leite de Vasconcelos outros autores vão repetindo o equívoco de relacionar a sede da *civitas* com o sítio de Santa Cruz da Vilariaça ou Derruída - F. Alves (1938), V. Rodrigues (1957), J. Alarcão (1998, 1990 e 1995-96) e S. Lemos (1993).

Jorge de Alarcão (1988, II, F1, p. 45) sintetiza a questão e levanta uma nova hipótese: “Mesquita seria o local de um santuário romano, mas não a “*civitas Baniensium*”, mantendo a eventual sede na “Vila Morta de Santa Cruz da Vilariaça” ou “Derruída”.

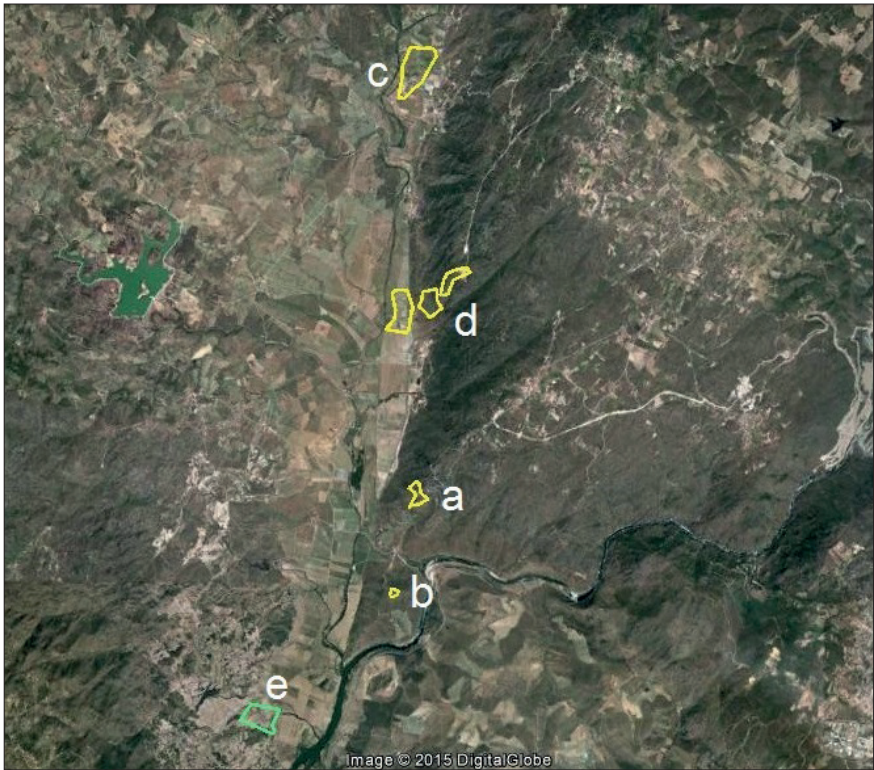


Fig.3: Vale da Vilarça com implantação das manchas de dispersão de materiais nos sítios de Baldoeiro (a), Santa Cruz da Vilarça (b), Chão da Capela (c), Olival das Fragas (d) e Vila Maior (e). GoogleEarth.

Sande Lemos (1993, II, p. 354-355) coloca algumas reticências à localização da sede da *civitas* em Santa Cruz, reconhecendo que “nunca foram encontrados materiais que demonstrassem uma ocupação romana do local”. O autor, inclusive, chama a atenção para a ausência de vestígios romanos nas primeiras sondagens desenvolvidas pelo PARM em Santa Cruz da Vilarça, embora relacione as 11 estelas, reutilizadas na capela de N. Sr.^a do Roncal, com uma eventual necrópole do sítio.

Uma nova proposta de implantação da *civitas* surge no trabalho académico de Carlos Cruz (2000, II, p. 222), ao defender que poderia implantar-se no sítio de Chão da Capela (Junqueira). Para além da ausência de vestígios romanos nos trabalhos arqueológicos desenvolvidos pelo PARM, nos sítios de Baldoeiro e de Santa Cruz da Vilarça, o reconhecimento de uma “enorme concentração de materiais de construção, cerâmica comum, elementos de mó e alguma escória” junto ao lugar de Junqueira sustentam esta

hipótese. O mesmo autor arrola ainda ao sítio a presença de quatro epígrafes e a existência de uma necrópole, com base em informações orais que referem a identificação de sepulturas.

Num trabalho recente, dado à estampa por António Silva (2014), o sítio do Chão da Capela foi reinterpretado, tendo como argumentos o aparecimento de cinco novas estelas funerárias e a subdivisão da enorme mancha de materiais supracitada em três áreas de dispersão distintas. Segundo o autor (SILVA, 2014) “o sítio do Chão da Capela deverá ser classificado como santuário cristão da Alta Idade Média, com necrópole associada. Este santuário poderá sobrepor-se a uma necrópole romana, relacionada com o aglomerado rural do Freixo e/ou com o casal agrícola de Campo”, sem no entanto apresentar alternativa à localização da *civitas*.

Os recentes trabalhos de reconhecimento deste território, ao abrigo da contextualização do Baixo Sabor, permitiram-nos conhecer melhor os diferentes sítios até agora propostos como possível sede dos *banienses*. Por um lado, foi possível confirmar algumas das informações publicadas, por outro, recolher novos dados que podem contribuir para o aprofundar desta temática. Nesta pesquisa recordamos, também, uma notícia de Luís Cardoso (1747-51) que refere a existência de uma antiga grande cidade no termo de Adeganha, no local hoje em dia conhecido como Santuário de Nossa Senhora do Castelo. Embora a notícia não faça alusão aos *Banienses*, o sítio merecerá, igualmente, a nossa atenção.

Análise comparativa dos diferentes sítios propostos

Analisadas as distintas propostas da investigação, juntaremos os dados arqueológicos recolhidos em cada um destes sítios, com o intuito de podermos cruzar toda a informação disponível. De entre as diversas opções tentaremos reduzir o número de hipóteses procurando chegar até à mais provável localização da sede de *civitas* dos *banienses*.

a) Baldoeiro

O sítio está implantado na vertente voltada a oeste do Vale da Vilariça, num esporão-plataforma destacada. A área de dispersão da mancha de materiais é próxima aos 41.197 m². Ali foram executadas várias intervenções arqueológicas, desenvolvidas pelo PARM, em volta da igreja de São Mamede e dos vestígios de uma possível torre roqueira. Os materiais recuperados nestas escavações apontam para duas ocupações distintas - Calcolítico-Bronze Final-Ferro I e Alta Idade Média. Aquela igreja foi referida como local do achado da ara, dedicada a Júpiter por *Sulpicius Basus* e pelos *banienses*. Do templo destacam-se os elementos arquitetónicos preservados e uma necrópole rupestre associada. Para além da epígrafe, não se reconheceram materiais romanos à superfície e nas escavações do PARM, sendo mais provável que a peça tenha sido trazida de outro local e ali reutilizada no templo cristão. A sede da *civitas* em Baldoeiro parece ficar assim afastada.

b) Santa Cruz da Vilarça

Como vimos, foram vários autores equacionaram o cabeço de Santa Cruz como possível sede de *civitas*. O sítio implanta-se numa elevação entre a confluência da Ribeira da Vilarça e o Rio Sabor. Encontra-se em excelente posição estratégico-defensiva, dominando visualmente grande parte do Vale da Vilarça. Conserva-se um recinto delimitado por uma linha de muralha, de planta triangular, com os ângulos arredondados, sendo a área intramuros de 8.826 m², aproximadamente. Nalguns pontos, a muralha de alvenaria de xisto conserva cerca de 2 m de altura. A porta situada no lado Oeste, está flanqueada por duas torres semicirculares. No interior reconhecem-se estruturas habitacionais, uma eventual torre sineira, alicerces de uma igreja e algumas sepulturas escavadas na rocha.

O único achado que parece anteceder o período Baixo-Medieval é um “tosco e deteriorado quadrupezinho” publicado por Vasconcelos (1936), e que poderá corresponder a um pequeno berrão. As sondagens realizadas pelo PARM (Rodrigues, 1992, p. 101-102) permitiram registar quatro momentos diferentes: Fase I - Construção da cerca muralhada (final do séc. XII); Fase II - Construção do Muro I paralelo à cerca (séc. XIII); Fase III - Destruição planeada do Muro I (final séc. XIII-início XIV); Fase IV - Abandono do povoado e derrube parcial da cerca muralhada (meados séc. XIV). Convém ainda lembrar que a vila de Santa Cruz da Vilarça obteve foral com D. Sancho

II (1225), agregando como território uma boa parte dos atuais concelhos de Torre de Moncorvo, Vila Flor, Alfândega da Fé e Carrazeda de Ansiães. A perda de importância e consequente declínio da vila ditou a transferência de funções político-administrativas de Santa Cruz para Torre de Moncorvo, a que alude o foral de D. Dinis, anterior a 1286, condenando Santa Cruz de Vilarça ao despovoamento. Apesar de em 1320 ainda figurar como paróquia, em 1468 estava plenamente despovoada, tendo sido solicitada autorização ao rei, pelo concelho de Moncorvo, para a utilização da cerca como recinto para guardar gado (ALVES 1934, IV, 299-300).

Apesar de Leite de Vasconcelos (1896, 1902 e 1913), Francisco Alves (1938), Vasco Rodrigues (1957), Jorge de Alarcão (1988a), Sande Lemos (1993) apontarem este local como possível centro urbano, a não identificação de qualquer material romano no interior e exterior do recinto, confirmado com nas sondagens arqueológicas, a pequena dimensão e a própria topografia, atípica ao padrão dos restantes exemplos urbanos, invalida, inevitavelmente, aquela hipótese. A própria relação de uma eventual necrópole, que poderia existir nas redondezas da capela de Nossa Sr.^a do Roncal é também problemática, uma vez que as nove estelas reutilizadas no pequeno templo e outras duas na Estalegem da Silveira são de origem desconhecida, sendo provável o seu deslocamento de outro ponto do vale.



Fig.4: Vale da Vilariça (Norte-Sul); ao fundo o rio Douro.

c) Chão da Capela, Freixo, Olival do Rei e Prado (Junqueira)

O sítio aqui considerado como Chão da Capela agrupa três manchas de materiais, muito próximas, mas não contínuas, localizadas entre a Estrada Nacional, que liga a Junqueira a Alfândega da Fé, e a Ribeira da Vilariça, tendo como limite norte o ribeiro de S. Martinho. O sítio foi reconhecido pela equipa do PARM e classificado como “habitat e necrópole do período romano”. Mais tarde, Sande Lemos (1993, n.º 650) interpreta os vestígios como pertencentes a uma “*mutatio* ou casal rural romano”, considerando, como vimos, outra localização para a *civitas*. O primeiro autor a defender o Chão da Capela como prová-

vel “centro político-administrativo, muito provavelmente a capital da *civitas Baniensis*” foi Carlos Cruz (2000, p. 222, n.º 232). Delimitou o sítio “à beira da estrada nacional que liga o vale da Vilariça a Alfândega da Fé, a oeste da Junqueira”. Como posicionamento geoestratégico destacou a sua implantação na “margem esquerda da Ribeira da Vilariça e junto à via secundária que ligava o vale do Douro com a via XVII”. O mesmo autor argumenta ainda a “enorme concentração de materiais de construção, cerâmica comum, elementos de mó e alguma escória”. Refere ainda a recolha de uma estela funerária, por um dos proprietários, e de outras três depositadas no Museu de Vila Flor. Segundo os seus cálculos, esta seria



Fig.5: Vista geral do Chão da Capela.

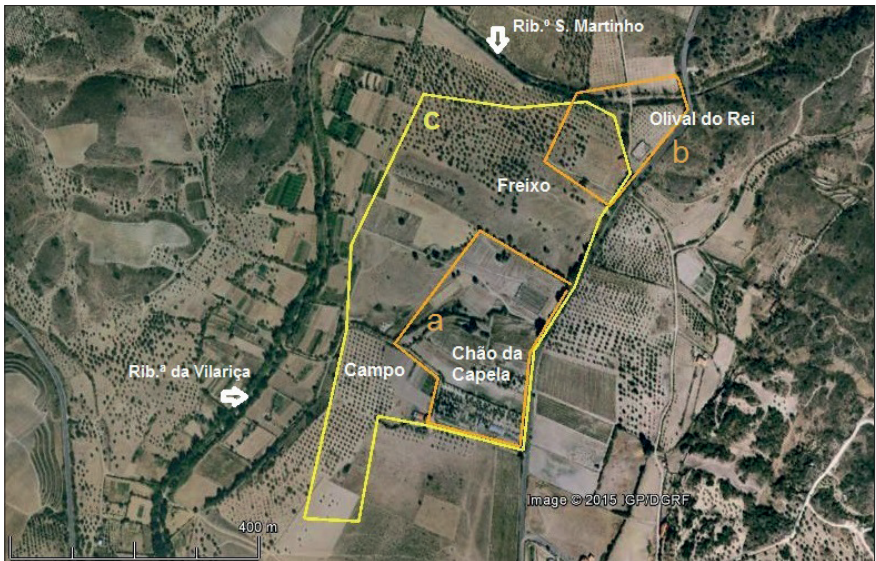


Fig.6: Delimitação de áreas e localização de topónimos: a.Chão da Capela (REBANDA, N., 2008, PDM); b.Olival do Rei (*Idem*); a nossa proposta de delimitação do sítio (imagem Google Earth, 2006).

a maior área de dispersão de materiais rondando os “27,6 hectares”. Carlos Cruz (2000, p. 301, n.º 390) refere ainda a existência de uma necrópole, com base em informações orais, que recordam “sepulturas de pedra com tampa também de pedra”, a recolha de uma estela funerária por um proprietário e de três outras epígrafes depositadas no Museu de Vila Flor.

Recentemente, António Silva (2014) publicou cinco epígrafes descobertas no Chão da Capela, no âmbito do acompanhamento arqueológico da implantação do sistema de rega do Vale da Vilarica (Bloco Norte), em 2002. No mesmo artigo, o autor analisa e reinterpreta os dados disponíveis em torno do Chão da Capela. Em sua opinião, em vez da “vasta mancha” de materiais assinalada por Carlos Cruz considera a existência de “três manchas de dispersão bem individualizadas”: Freixo, Chão da Capela e Campo. Na primeira mancha, com aproximadamente 30.400m², reconheceu “materiais cerâmicos de construção, silhares e alvenaria, TSH e cerâmica comum”, de cronologia romana, interpretando o local como aglomerado rural. Na segunda área (Chão da Capela/Prado), António Silva (2014) refere a dispersão de materiais de construção romanos por aproximadamente 1.800 m². Regista ainda que a abertura de uma mina de água no local trouxe à superfície alguns elementos arquitetónicos, uma possível estela anepígrafa, uma estela funerária e equacionou a reutilização de uma terceira inscrição. Na “abertura

da vala do ramal C24 do sistema de rega” supra citado, reconheceu vários “elementos arquitetónicos, entre os quais uma base de coluna e um silhar almofadado”, cerâmica de construção romana, um crânio humano em corte e “numerosos fragmentos de ossos humanos referentes a, pelo menos, dois adultos e um bebé”. O autor acrescenta ainda a informação oral de um morador da Junqueira, que participara na abertura da referida mina de água, recordando o aparecimento de “várias inscrições, algumas lajes de xisto com uma cruz incisa no centro e numerosas ossadas. Algumas inscrições foram levadas por um indivíduo residente no Alentejo, outras quatro foram depositadas no adro da igreja da Junqueira” e publicadas por António Silva (2014). Com base nestes dados, o autor interpreta a mancha do Chão da Capela/Prado como necrópole e santuário cristão Alto Medieval, possivelmente antecedido por uma necrópole romana. A última mancha, o Campo, encontra-se um pouco mais a sul, num olival, a poente de uma habitação, sendo a área de dispersão de 3.850 m². Tendo ali observado “materiais de construção, cerâmica romana e telha de meia cana”, o autor coloca a hipótese de se tratar de um casal agrícola romano e, segundo uma fonte oral, de ali ter existido um forno de telha de meia cana recentemente destruído. A análise dos dados recolhidos levou António Silva (2004) a considerar que o “sítio do Chão da Capela deverá ser classificado como santuário cristão da Alta Idade Média, com necrópo-

le associada. Este santuário poderá sobrepor-se a uma necrópole romana, relacionada com o aglomerado rural do Freixo e/ou com o casal agrícola de Campo”.

A nossa visita de reconhecimento ao sítio permitiu confirmar a localização de alguns topónimos, apreender a questão das manchas de dispersão e reconhecer novos elementos materiais caracterizadores.

Em primeiro lugar, parece consensual que estamos perante um grande sítio, que parece desenvolver-se em três áreas distintas. Em nosso entender, pode parecer mais coerente a opinião de António Silva (2014), que distingue claramente três manchas de ocupação, atribuindo-lhes tipologias e funções distintas. De facto, entre o Freixo e o Chão da Capela, confirma-se uma faixa onde não se detetam materiais e onde o tipo de solo é mais areno-argiloso, porém numa pequena vala recém-aberta observaram-se alguns materiais de construção romanos, nas terra revolvidas, ou seja, os vestígios parecem encontrar-se mais profundos. Entre o Chão da Capela e o Campo os materiais voltam a ser escassos, registando-se uma densidade muito reduzida na área do último topónimo, que se encontrava lavrada e com boa visibilidade. Assim, tendo em conta que se trata de uma zona muito revolvida, devido a agricultura, mas em que as condições de visibilidade do terreno e a densidade dos materiais à superfície não são uniformes, optámos por considerar uma grande mancha de dispersão, correspondente a um grande sítio, aproxima-

da à opinião de Carlos Cruz (2000, p. 418). Através de uma ferramenta SIG, calculámos a área de dispersão em 214.655 m² (21,4 hectares), naturalmente maior que a ocupação efetiva. O sítio foi encaixado entre o Ribeiro de S. Martinho (a norte) e a Ribeira da Vilariça (a oeste), em pleno vale, sobressaindo a abundância de recursos hídricos. A planura da área e o risco de cheias, dada a relativa proximidade de ambos os cursos de água, parece minimizado, uma vez que o sítio se encontra protegido por taludes, que no Olival do Rei/Freixo e Campo chegam a proporcionar um desnível de cerca de 5 m. À superfície do extenso olival (Freixo/Olival do Rei) observam-se abundantes materiais cerâmicos que confirmam uma cronologia do Alto e Baixo Império e uma ocupação ainda presente na Idade Média. O material encontra-se em maior quantidade na faixa mais próxima da ribeira, destacando-se a cerâmica de construção romana (*tegulae*, *imbrices* e *lateres*). Entre as cerâmicas destacamos dois fragmentos de potes (Inv. R097-1 e 2) apresentando características de tradição indígena, com acabamento de tipo romano, talvez enquadráveis no século I d. C. Os diversos fragmentos de *Terra Sigillata* Hispânica e *Terra Sigillata* Hispânica Tardia apontam para uma continuidade de ocupação entre o Alto e o Baixo Império. Algumas formas de cerâmica comum romana parecem também enquadrar-se no Alto Império (Inv. R097-3, 4 e 31). Foram ainda observados diversos fragmentos de talhas, *dolia*, asas e fundos, que apon-

tando para uma cronologia romana não foi possível afinar. Registou-se também escória de ferro e um fragmento de parede de forno. Dois bjos de cerâmica de armazenamento (INV R097-19 e 20) indiciam uma ocupação na Baixa Idade Média. Reconhecemos alguns elementos arquitetónicos, como blocos de granito afeiçãoados, fragmentos de mós circulares e uma estela de granito, inédita, que se junta ao conjunto de epígrafes já publicadas.

Na área do Chão da Capela é inequívoca a existência de uma necrópole, confirmada no acompanhamento de António Silva, em 2002, e na informação disponível na base de dados do Endovélico (DGPC, portal do Arqueólogo, CNS 4716). Não é possível, para já, contabilizar o número exato de epígrafes que daqui foram recuperadas. Às cinco publicadas por António Silva (2014), podemos juntar, uma outra na posse de um proprietário e outra estela que recuperámos junto de um “casão”, ainda inédita. Importa também lembrar a informação oral recolhida por António Silva (2014) de “várias inscrições, algumas lajes de xisto com uma cruz incisa no centro e numerosas ossadas foram postas a descoberto nessa altura, as inscrições mais bem conservadas foram dadas a um indivíduo residente no Alentejo”. A origem das três epígrafes depositadas no Museu de Vila Flor não é consensual. Para Domingos Brandão (1966, p. 338-358) as inscrições são “provenientes da povoação da Junqueira”, duas foram oferta de Manuel Victor Teixeira e uma de António

Alexandre Pegado Barroso. Sande Lemos (1993, II, p. 342) aponta como hipótese de origem das três peças o sítio das Cevadeiras, por eventual ligação com uma estela publicada por Francisco Alves (1934, IX, p. 446). Porém, o Abade do Baçal não reconheceu a origem segura da estela dedicada a *Aelivs*, uma vez que a leitura lhe chegara por carta do pároco da Adeganha, com indicação de ter surgido no termo de Junqueira. Talvez o autor só conhecesse, na altura, as Cevadeiras e o Castelo de Junqueira, onde reconhecia vestígios da Idade do Ferro e Romanização, acabando por relacionar o achado com aquele sítio. Para Nelson Rebanda (2008, PDM, ADG009) as três “lápides” levadas para o Museu Municipal de Vila Flor terão sido recolhidas no Chão da Capela. De qualquer modo, a presença de pelo menos dez monumentos epigráficos é por si só um elemento de peso, reflexo de uma ocupação considerável, ainda mais, porque cinco surgiram inequivocamente em contexto arqueológico.

Atentemos ainda noutros fatores que abonam em favor deste grande sítio do Freixo/Chão da Capela, como a abundância de água, essencial em qualquer cidade romana. Também a passagem e o cruzamento de vias de comunicação terrestres parece aqui ter lugar. Passaria no local a via romana vinda de sul pelo Vale da Vilarça e que se dirigia à via XVII, a norte. Não longe, cruzaria com outra via secundária, que ligaria o planalto de Alfândega Fé, a este, ao de Vila Flor-Carrazeda de Ansiães, a oeste.



Fig.7: Localização do sítio N. Senhora do Castelo, Olival das Fragas e Olival dos Pardieiros no Vale da Vilariza.

A própria topografia da implantação do Freixo/Chão da Capela lembra outros casos de cidades romanas, fundadas de raiz, no início do Alto Império como *Ammaia*, *Eburobritium*, *Aegiditanorum*, *Cobellorum* ou *Aravorum*. Lembramos a especificidade do Vale da Vilariza na II Idade do Ferro, onde abundavam os povoados, cujas características contemplavam áreas fortificadas, em elevações ou esporões, e áreas abertas, nas vertentes e sopés. Neste contexto regional, faria mais sentido uma fundação *ex nihilo*, ainda que o grosso da população fosse maioritariamente indígena.

Pensamos que a própria designação da cidade poderá também conter algumas pistas. A depreen-

der pela epigrafia, a cidade poderia chamar-se *Bania* ou *Banium*, todavia no período suévico parece ser diferente - *Vallaeritia*. Não vamos aqui analisar o que pode ter ditado uma alteração da designação da *civitas*, mas avaliar a continuidade da designação e da própria localização. A designação de *Vallaeritia* surge pela primeira vez associada à cunhagem de moeda por Viterico (603-610), surgindo no final do séc. VI na *Divisio Theodomiri* como paróquia de *Valariza*. Cinco séculos depois, encontramos no foral de D. Sancho I, concedido à vila da Junqueira, a designação de *Junqueira de Valarisa*. Se nos dois primeiros casos ainda poderemos associar os geónimos à sede da *civitas*, mantemos algumas

reservas quanto à relação de *Junqueira da Valarisa* com o centro de poder romano-suévico. Se os topónimos Olival do Rei e Chão da Capela poderiam ser encarados como indicadores de uma memória político-religiosa, em face da escassez de materiais tardios nessas áreas, poderia o centro de poder medieval estar já alojado na atual Junqueira, justificando a junção dos dois topónimos - *Junqueira (nova área) + Valarisa (alusão à antiga cidade)*.

É certo que muitas cidades romanas peninsulares se encontram sob localidades ou povoações atuais (*Pax Iulia-Beja; Ebora-Évora; Abelterium-Alter do Chão; Igaeditanorum-Idanha-a-Velha; Olissipo-Lisboa; Scallabis-Santarém; Aeminiium-Coimbra; Bobadela; Aravorum-Devesa*). Noutros casos deram origem, na área extramuros ou envolvente, a novas localidades (*Ammaia-S. Salvador da Aramenha; Aritium Vetus-Alvega; Eburobritium-Óbidos; Conimbriga-Condeixa-a-Velha; Cobelcorum-Almofala; Zoelaram-Castro de Avelãs; e neste caso, talvez Baniensium-Junqueira*). Não raras vezes, a deslocação do habitat para áreas limítrofes foi motivada pela progressiva ruína dos centros urbanos, ditando a sua inabitabilidade.

Na maioria dos casos, as ruínas romanas de cidades e *villae* funcionaram no pós-abandono como pedreiras, ao longo de séculos, relegando a sua existência para o subsolo ou manchas de dispersão de materiais. Em Torre de Moncorvo, Vila Flor, nas aldeias e construções próximas reconhecem-se inúmeros elementos arquitetónicos, silhares com vestígios de *forfex*, alguns al-

mofadados, assim como cantarias e até epígrafes reutilizadas, talvez resultantes de um eventual desmonte do centro urbano dos *banienses*, independentemente de ser aqui a sua localização.

Outra questão a realçar é o facto de o lugar de Junqueira (*Junqueira de Valarisa*) ter obtido foral, ao tempo de D. Sancho I (15 de Janeiro de 1201), contemplando um amplo território, que abarcava parte do atual concelho de Torre de Moncorvo, de Alfândega e de Carrazeda de Ansiães. Não sabemos se a importância conferida à Junqueira, no tempo do rei "Povoador", fez simplesmente parte de um plano mais alargado de povoamento e de uma intenção estratégico-territorial, ou se legitimou uma continuidade político-administrativa e religiosa herdada da antiga *civitas* tardo antiga.

Por último, a questão ideológico-religiosa poderia ser vista também como um legado ou argumento interessante. Se algumas sedes de *civitas* alcançaram o estatuto de dioceses, a maioria desenvolveu apenas a função de paróquia. No *Parochiale Sueuorum* ou *Divisio Theodomiri*, redigido entre 572 e 582, mencionam-se três paróquias nesta área geográfica: "Na Diocese de Braga a paróquia de *Astiatico* (hoje Santiago, Vila de Ala, Mogadouro) e de *Vallariza* (Vilarica, Cardanha, Torre de Moncorvo); e na Diocese de Viseu a paróquia de *Caliabria* (Monte Calabre, Almendra, Vila Nova de Foz Côa)" (BARROCA, 2009, p. 194-195)". Segundo a mesma fonte, a "paróquia suévica de *Vallariza* não viu o seu estatuto alterado com a

Divisio Wambae (672-680)". Mais tarde, em finais do séc. IX, a paróquia de *Vallariza* encontrava-se na dependência da diocese de Caliabria, sendo depois reclamada por Braga (ALARCÃO, 2004, P. 202-203). Pensamos ser possível a continuidade daquela paróquia com a "*porrochia Sancti Jacobi de Junqueira*" referida nas Inquirições de D. Afonso III (ALVES, 1934, IV, p. 77). A existência nesta área de uma necrópole e de um eventual santuário Alto Medieval, sobrepostos a um provável espaço funerário romano, como sugeriu António Silva (2014), não se podem relacionar diretamente com a referida paróquia, no entanto, não deixa de constituir uma hipótese de trabalho.

D) NOSSA SENHORA DO CASTELO-OLIVAL DAS FRAGAS-OLIVAL DOS PARDIEIROS

Utilizamos aqui um critério distinto em termos de representação das manchas de dispersão de materiais. Tratando-se de um sítio enorme, as manchas de ocupação repartem-se por três grandes áreas, bem diferenciadas entre si, do ponto de vista espacial, geomorfológico, cronológico e até tipológico-funcional. A longa diacronia do sítio e a respetiva interação permite-nos agrupar as áreas, designadas por Nossa Senhora do Castelo, Olival das Fragas, a oeste, e Olival do Pardieiros, ainda mais a poente, num único sítio. Apesar de a bibliografia individualizar cada uma das manchas de dispersão, torna-se mais pertinente fazer uma

leitura do conjunto, cuja soma das áreas de dispersão de materiais se aproxima dos 277.546 m². A avaliar pela topografia distinta das três áreas, poderemos estar perante funcionalidades e ocupações crono-culturais diferenciadas. Apenas Luís Cardoso (1747-51) relaciona este grande sítio como a eventual localização de uma antiga cidade, embora não a vincule a outros dados, tendo por base informações orais. Para já, reconhecemos a excecionalidade arqueológica do sítio, que reúne um conjunto de fatores só enquadráveis num importante aglomerado, cuja tipologia ainda suscita dúvidas, perante à ausência de escavações.

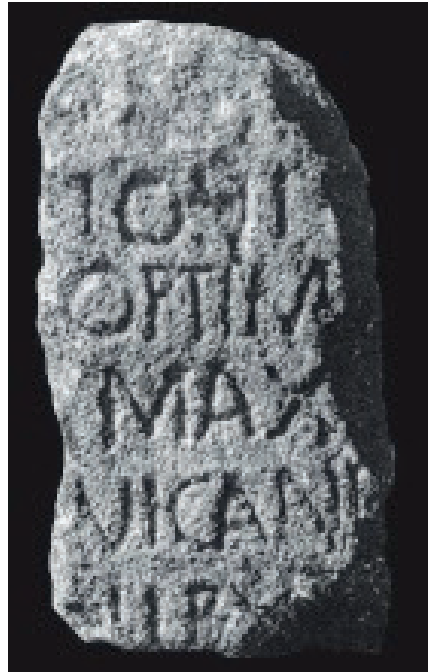


Fig. 8: Estela recolhida na Vila Maior, dedicada a Júpiter pelo *vicus Ilex*(...); foto reproduzida de Susana Bailarim (FE, 2001, N.º 67/300).

A área de Nossa Senhora do Castelo corresponde a um esporão de vertente que se desenvolve do santuário para sudoeste, com pendente na mesma direção. O terreno é acidentado, apresentando boas condições estratégico-defensivas em relação ao Vale da Vilariça, a poente. Na obra de Luís Cardoso, *Diccionario Geográfico*, no artigo *Adeganha* encontramos a referência a uma cidade antiga que teria existido neste local, ainda que sem referência à *civitas Banienses*: “No limite desta Freguesia ha hum monte a que chamaõ Castello-Velho, povoado de arvoredo silvestre; e no mais alto delle está muita quantidade de pedra, que parece ser ruína de alguma antiga fortaleza; e dizem, que era hum castello de Mouros. Deste monte se arrancaõ boas pedras de cantaria, que são procuradas de terras muy distantes pela sua boa qualidade. No sitio, em que hoje se acha a Senhora do Castello, dizem que houvera antigamente huma grande Cidade, cujo nome se ignora, da qual ainda se descobrem parte de seus muros arruinados.” (CARDOSO, 1747-1751, p. 50-51). Hoje, ainda se observam vestígios de construções de granito, provavelmente de apoio à agricultura ou pastorícia, nas imediações do santuário. Do miradouro para poente, numa zona de acentuada pendente, registam-se muitos vestígios de derrubes de cabanas e negativos de buracos de poste nos afloramentos. As cabanas ou áreas familiares-funcionais implantam-se em pequenos patamares e recantos descendentes desde o topo, onde se encontra o santuário, até ao limite do esporão. Apresenta várias partes

do alinhamento de uma muralha, que protegia o povoado, encontrando-se com melhor qualidade e preservação um troço do lado sudeste. Os materiais recolhidos nesta área são muito díspares cronoculturalmente. Junto do atual santuário observámos cerâmicas manuais, muito fragmentadas, algumas com decorações em espinha e penteadas (Calcolítico-Idade do Bronze). Reconhecemos também algumas *tegulae*, *imbrices* e cerâmica de cozinha (fragmento de alguidar - R114-22 - talvez séc. V d. C.) e um fragmento de prato forma Hayes 3 C/D de produção *Late Roman C* ou *TSFocense Tardia* (2.^a met. séc. V). O Sr. Alberto Vilela (Adeganha) é detentor de um conjunto de moedas recolhidas nesta área, aquando das lavras de um seu terreno. O conjunto de numismas enquadra-se em dois períodos distintos, o mais antigo nos sécs. III-IV e o mais recente entre os sécs. XIV e XVII.

O Olival das Fragas implanta-se numa extensa plataforma, localizada no sopé do esporão de Nossa Senhora do Castelo. Está voltada para poente e Vale da Vilariça, bem sobrelevada em relação ao próprio vale. A plataforma, ovalada, é limitada a noroeste e a sudeste por duas pequenas linhas de água e por um pequeno vale meridional. Santo Júnior (1978a, p. 235-251) reconheceu no local três linhas de “paredões”, orientados de norte para sul, que sustentam extensos socalcos ou patamares artificiais. O autor interpreta os “paredões” como “simples arrumo de pedras”, reconhecendo a existência de uma “portada” ou

passagem com 2,85 m de largura. Nos ditos muros ou paredes observam-se alguns elementos arquitetônicos, como silhares, soleiras, ombreiras e elementos de mós, indicando uma edificação pós-abandono, não invalidando que a sua edificação fosse estruturada em função de outros patamares e estruturas mais antigas. No que concerne ao espólio, Santos Júnior (1978a, p. 240-249) registou uma soleira de granito, um fragmento de sepultura antropomórfica, fragmentos de mós manuais, dois pesos de rede, abundantes fragmentos de cerâmica, um fragmento de *TSSG* (2.^a met. séc. I d. C.), *tegulae*, *imbrices*, um objeto de ferro indeterminado, escórias, um anzol de bronze, um numisma (Licínio I, 313-315) e fauna. Da nossa visita ao local, destacamos a elevada densidade de materiais cerâmicos à superfície, com destaque para a cerâmica de construção. Observámos fragmentos cerâmicos de formas indígenas mas de acabamento tipicamente romano, enquadráveis nos inícios do Império. Realçamos um fragmento de ânfora bética com pastas do Guadalquivir (Inv. R106-16), forma Dressel 9 ou 7-11, enquadrável entre 15 a. C. e séc. II d. C. Destacaram-se também cerâmicas tipo imitação de engobe vermelho e *TSH* das formas Drag. 27, Drag. 15/17, Drag. 36, Drag. 37 e Ritt. 8 (2.^a met. Séc. I-II d. C.). De entre os materiais mais tardios registámos *TSHTardia* (Baixo Império), um fragmento de alguidar (Inv. R106-10) com um enquadramento na 2.^a met. séc. V-VII. Um fragmento de talha (Inv. R106-11) remete-nos para os séculos IX-XI. Do mesmo contexto

cultural, existem diversos fragmentos de cerâmica, fragmentos de bojo, asas (Inv. R106-27 e 28) e um fundo de alguidar (Inv. R106-46). Alguns fragmentos de parede ou de grelha de forno poderiam relacionar-se talvez relacionar-se com as escórias de ferro, resultantes dos trabalhos de redução de ferro ou forja.

As opiniões sobre a tipologia do Olival das Fragas são semelhantes, para Sande Lemos (1993, n.º 655, p. 344) trata-se de um povoado romano e para Carlos Cruz (2000, p. 263) um povoado aberto/aldeia (Romanização). Realçando alguns elementos desta área, como a imponência dos paredões, a topografia do terreno, a densidade e a longa diacronia dos materiais e a abundância de materiais importados, poderão indiciar um estatuto superior ao de povoado aberto, como propôs Carlos Cruz (2000, p. 263). Retomaremos esta questão um pouco mais à frente.

A área do Olival dos Pardieiros/Barral da Ribeira localiza-se em pleno vale, entre a EN102 e a ribeira da Vilariça, a poente do Olival das Fragas. Atualmente encontra-se plantada com uma extensa vinha. Segundo Santo Júnior (1978a, p. 236) a palavra Pardieiros signigica “casas em ruínas”. Na Quinta da Terrincha, Santos Júnior (1918a, p. 235-236) registou três epígrafes, das quais duas estelas teriam aparecido no Olival dos Pardieiros. Estas acabariam por ser levadas para Sabrosa do Douro, enquanto a terceira peça, ilegível e de proveniência desconhecida está embutida numa parede de um armazém, na Quin-

ta da Terrincha. Da nossa visita ao local realçamos a abundância de materiais construtivos (*tegulae* e *imbrices*) e abundantes fragmentos de cerâmica comum, de diversas cronologias. Na cerâmica destaca-se um bordo multifacetado (II Idade do Ferro - Fase III), bordo da talha (Inv. R091-39 - II Idade do Ferro ?) e uma marca de jogo (Inv. R091-9). Reconhecemos alguns fragmentos de *TSH* disformes, uma forma Drag. 36 e talvez um fundo de Drag. 37 (Flávios-séc. II d. C.). Foi ainda recolhido um fragmento de *TSH* Tardia (Baixo Império). Reconheceram-se ainda alguns fragmentos de cerâmica romana, não afinados cronologicamente, como de jarro (Inv. R091-42), bordo de pote (Inv. R091-40), fundo (Inv. R091-7), asas (Inv. R091-6,8,41), bordo de *dolium* (Inv. R091-5) e fragmento de peso de tear (Inv. R091-43). Do período Tardo Antigo registaram-se fragmentos de dois bojos e cerâmica fina polida (Inv. R091-25). Um fragmento de cerâmica de armazenamento, com um cordão digitado (Inv. R091-19) poderia enquadrar-se na Baixa Idade Média. No que toca à cerâmica comum, importa sublinhar que estamos perante materiais recolhidos à superfície, descontextualizados, pelo que deverão ser entendidos como indicadores e com as devidas reservas. Quanto à tipologia do Olival dos Pardieiros, tanto Sande Lemos (1993, p. 345) como Carlos Cruz (2000, p. 302) apontam para a hipótese de ali existir uma necrópole romana. Lembramos, também, que a via romana secundária que seguia para norte passava precisa-

mente nesta área. Nesta análise, gostaríamos ainda de salientar, que os vários autores têm aqui localizado uma necrópole com base em duas estelas funerárias ali encontradas, mas que se encontravam na Quinta da Terrincha, desconhecendo-se o contexto em que foram recolhidas no Olival dos Pardieiros - arqueológico ou reutilizado? Assim, não podemos excluir que esta mancha de dispersão de materiais corresponda a outra tipologia de sítio.

Uma pequena nota sobre uma ara descoberta, nas proximidades, por Santos Júnior (1978a, p. 236) na “borda do caminho” de acesso à Quinta do Carrascal, partindo da EN102. Segundo o proprietário da quinta, a peça fora descoberta numa vinha, na margem direita da Ribeira da Vilarça, no sítio do Barral da Ribeira. Para Santos Junior a peça, dedicada às Ninfas, poderia ter origem na “fonte n.º 1 da Água de Bem Saúde, que fica a umas centenas de metros a montante”. O topónimo de Barral da Ribeira abrange uma vasta área, não sendo possível localizar com segurança a origem da peça. Do mesmo modo, não é coerente relacionar o altar com as áreas mais próximas do Olival dos Pardieiros ou Olival das Fragas, porém não seria descabida a sua relação com um santuário ligado às águas.

Voltando à temática da localização da *civitas* e no contexto deste grande sítio, o Olival das Fragas afigura-se como uma nova hipótese de trabalho. Na plataforma, a área da mancha de dispersão, correspondente a uma possível área

intramuros, não ultrapassaria os 4 hectares. Para uma cidade, a área é reduzida, no entanto, podemos equacionar o contexto regional e interior, facto que poderia diferenciar este centro urbano da norma romana. As informações materiais deste local apontam para uma diacronia que percorre o final da II Idade do Ferro-início da Romanização, Alto e Baixo Império, Tardo Antiquidade, até à Baixa Idade Média. A longa diacronia de ocupação da área, com destaque para o período romano, propriamente dito, a imponência dos actuais paredões, que mesmo sendo mais recentes, contêm muitos elementos arquitectónicos e uma grande massa de pedras aparelhadas só encontram justificação no contexto de um aglomerado importante, independentemente do estatuto.

Alguns dos argumentos que enumerámos para o Freixo/Chão da Capela, também aqui poderiam encaixar, como a cunhagem de moeda suévica, o estatuto de paróquia ou localização do *pagi* da *Valariza*. Já a notícia de Luís Cardoso (1747-1751, p. 50-51), que não aludindo directamente à *civitas* dos *Banienses*, mas a uma antiga cidade no termo de Adeganha e na área do Santuário de Nossa Senhora do Castelo, deve ser entendida com algumas reservas. A notícia baseia-se na memória popular e, como parece óbvio, na zona do santuário é incomportável, topográfica e materialmente, a existência de uma cidade romana. Poderíamos considerar um desvio da localização da informação, passados tantos séculos, en-

contrando-se a área do Olival das Fragas relativamente perto, que faz parte do mesmo sítio.

De salientar ainda que o próprio C. Cruz (2000, p. 417-418) chama a atenção do sítio do Olival das Fragas como possível sede da *civitas*: “a favor deste jogam, desde logo, as evidências arqueológicas expressas no material cerâmico disseminado por uma vasta área de aproximadamente 4 hectares” e “o facto que ser aquele que está mais próximo do local do possível santuário se S. Mamede (cerca de 2,5km) onde terá aparecido a epígrafe que vem poderia ter sido deslocada deste local. Para além disso, está implantado numa zona que sobressai, no Vale da Vilarça pela, longevidade de ocupação, com boa posição estratégica, neste povoado ocorreu, ainda epigrafia vária, além de estar relacionado com a provável necrópole de Olival dos Pardieiros, a escassos metros.”

Importa chamar ainda a atenção para o facto de o Olival das Fragas poder encontrar-se bastante alterado pelos trabalhos agrícolas ou de limpeza de terreno, daí que a mancha de dispersão seja mais densa e os paredões reúnam um volume tão elevado de pedras.

Um argumento de peso que pode contradizer a argumentação relativa ao Olival das Fragas prende-se com um novo modelo de povoado da II Idade do Ferro, descoberto nas intervenções do Vale do Sabor - Silhades e Quinta de Crestelos - e que pode muito bem estender-se ao Vale da Vilarça. Abreviando, trata-se de povoados com áreas fortifi-

cadras, em plataformas ou esporões, e áreas abertas junto ao vale e no sopé das vertentes. A ocupação de ambos os sítios percorre um longo ciclo desde a II Idade do Ferro à Baixa Idade Média. Este modelo, aparentemente conhecido através de prospeções, é certamente extensível ao Vale da Vilariça ainda que a dimensão seja francamente maior. Neste modelo poderão encaixar-se, não apenas o Cabeço da Alfarela, Povoado da Junqueira/Cevadeiras, N.^a Senhora dos Anúncios, S. Pedro de Lodões e Cabeço da Mina (?), como o próprio Povoado de N.^a Senhora do Castelo/Olival das Fragas. Neste cenário, de uma grande densidade populacional na II Idade do Ferro, não faria mais sentido a criação de um novo centro urbano, em detrimento da adaptação de um povoado, modelo de uma nova identidade e de uma nova ordem político-administrativa e social? Só futuras intervenções arqueológicas poderão resolver a questão.

QUESTÕES EM TORNO DA *CIVITAS BANIENSIS*

Podendo descartar-se em definitivo os sítios de Baldoeiro, Santa Cruz da Vilariça e Vila Maior como sedes da *civitas Baniensium*, apenas restam dois sítios cujas características se poderão encaixar nessa tipologia - Freixo/Chão da Capela e Olival das Fragas/Olival dos Pardieiros. Um detalhe diferenciador prende-se com o facto de o Chão da Capela ter sido intervenção e revelado uma necrópole, bem como monumentos funerários

romanos *in situ* ou em posição arqueológica secundária.

Apesar de o Olival das Fragas-Olival dos Pardieiros reunir mais evidências materiais, que conduzem à ideia de uma longa diacronia, confirmadas cronoculturalmente, não podemos esquecer outros fatores que podem ter motivado a densidade material, como o revolvimento de terras, a plantação do olival, a construção de “novos” socalcos ou mesmo a não utilização do local como pedreira no pós-abandono. Recorde-se que os recentes trabalhos arqueológicos em Silhades e Quinta de Crestelos revelaram povoados de longa diacronia e com uma arquitetura complexa, contrariando claramente a interpretação inicial da mancha de materiais. É também verdade que as cidades romanas do interior de Portugal foram escavadas muito parcialmente, pouco se conhecendo em termos de estrutura urbana, o que tem dado aso a muita especulação em torno da malha urbana e equipamento.

Enquanto o Freixo/Chão da Capela encaixaria melhor numa *civitas* fundada de raiz, no Olival das Fragas/N.^a S.^a do Castelo faria mais sentido a urbanização de um povoado da II Idade do Ferro. Se pensarmos neste segundo sítio, por que motivo a escolha recaiu neste e não outro povoado pré-romano do Vale da Vilariça, como N.^a Sr.^a dos Anúncios ou S. Pedro de Lodões?

No Olival das Fragas/N.^a Sr.^a do Castelo pesa a longa diacronia de ocupação, desde a Idade do Ferro à Idade Média, a qualidade

e raridade de certas produções, como o fragmento de ânfora, a produção oriental de *terra sigillata* ou a própria variedade.

A falta de monumentalidade de algumas cidades tem sido abordada pelo professor Pedro Carvalho em diversos trabalhos (2007 e 2010). O noroeste peninsular sofreu um processo de romanização tardio e um escasso desenvolvimento do fenómeno urbano. O modelo clássico de cidade capital de *civitas*, caracterizado por uma malha urbana desenvolvida e por todo um aparato arquetectónico e monumental encontrar-se-ia principalmente nas capitais conventuais *Bracara*, *Asturica* e *Lucus*, assim como *Aquae Flavia*, *Tude* e *Iria Flavia*. O resto de *civitates* dos territórios de *Asturia* (SASTRE, 2001, p. 133-143) ou *Gallaecia* (PÉREZ LOSADA, 2002, p. 338-340) assim como do interior norte da Lusitânia e a atual Beira Interior (CARVALHO, 2007, p. 99-100) escapam a este modelo clássico e monumental. Este cenário poderá ter ocorrido no conjunto da Terra Quente trasmontana e em concreto na área tratada neste trabalho.

A romanização foi um processo de aculturação das comunidades indígenas, pressupondo uma rutura com o seu passado, gradual, com diferentes ritmos e resultados regionais, originando uma diversidade de paisagens sociais. A resistência ao processo é observável através de uma adopção progressiva da cultura romana, tanto ideológica como material. O ritmo da romanização foi condicionado pela base social predominantemente autóctone e

pelo menor grau de interferência do poder romano, limitado a montar um mecanismo que lhe permitisse garantir a lealdade dos povos submetidos, recolher regularmente os impostos devidos e potenciar a exploração de alguns recursos naturais. A fundação de *civitates* e *vici* exige a presença de colonos, ainda que nestas zonas interiores, como a Beira Interior, a epigrafia mostre a presença de poucos colonos (CARVALHO, 2010, p. 79-82).

Neste contexto poderia juntar-se a aparente falta de monumentalização das cidades interiores e o carácter filantrópico do financiamento das construções públicas. Numa *civitas* em que a base social é fundamentalmente indígena, com valores culturais autóctones, mais dificilmente se pode enraizar o modelo romano do evergetismo, uma vez que neste contexto as elites locais não aspirariam as contrapartidas de ascensão social que procedem a este investimento.

Assim, a *civitas* poderia ver-se limitada à representação simbólica do ideário imperial e ao exercício do poder político e fiscal, assim como uma natural função comercial. Abrange uma série de conceitos: a *urbs*, ou espaço físico da capital, e o *territorium*, área delimitada onde se estabelecia um *populus*. A *civitas* gozava de uma capacidade autónoma de gestão sobre o conjunto de rendas, bens e outros interesses comuns dessa comunidade (*res publica*) (ORTIZ DE URBINA, 2000, p. 51-53; CARVALHO, 2007, 99-100).

A possível ausência de ambientes claramente urbanos constitui o

reflexo de uma estrutura de poder e controlo social baseada numa efectiva preponderância de aristocracias indígenas que regulam e dominam a restante comunidade, em seu proveito e em benefício do Estado, a partir de *castella* ou de pequenos aglomerados fundados de raiz e à margem da organização cívica ou do modelo governativo clássico centrado na cidade (SASTRE e PLÁCIDO, 1999 em CARVALHO, 2007).

A implantação da *civitas* dos *baniensis* pode ter ocorrido no início do Alto Império, à semelhança de outras *civitates* peninsulares. A amostragem de materiais observados em cada um dos sítios deve ser encarada com as devidas reservas, não nos permitindo afirmar com segurança, que a ausência de vestígios de um período cronológico signifique uma não ocupação nessa fase. A presença de materiais importados do Alto e Baixo Império, em ambos os sítios, comprova a sua ocupação no período romano em geral. A cunhagem de moeda por Viterico (603-610) na *civitas Vallearitica*, mesmo que possa tratar-se de “*ceca de viaje*”, seria reflexo de alguma vitalidade político-administrativa e económica.

No final do séc. VI, a existência da paróquia de *Valariza* encontra-se confirmada na *Divisio Theodomiri*, e no final do séc. VII, *Vallariza* foi registada na *Divisio Wambae*. Nesta fase pouco conhecemos da cidade, para além de se afirmar como centro de poder religioso. Em finais do séc. IX, a paróquia de *Vallariza* encontrava-se na dependência da

diocese de *Caliabria* sendo depois reclamada por Braga. Não sabemos quando a cidade desaparece, adivinhando-se uma degradação do poder político-administrativo que conduziu, progressivamente, ao declínio das estruturas de poder local e dos próprios espaços ou edifícios públicos. Entre inícios do séc. X e o início da nacionalidade, a *civitas* parece perder-se no espaço, perdendo-se-lhe o rasto documental.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERRITORIUM DA CIVITAS

Se a implantação da *civitas* está revestida de algumas incertezas, em relação ao *territorium* as dúvidas não são menores. Apesar de existir um investimento científico no tema verifica-se a ausência de intervenções arqueológicas. Os trabalhos de referência que fornecem dados credíveis sobre o assunto são, uma vez mais, os trabalhos académicos de Sande Lemos e de Carlos Cruz. O território desta *civitas*, considera como zona nuclear o vale da Vilarça, estendendo-o pelo planalto de Alfândega, as vertentes ocidentais da serra do Reboredo, a depressão do Freixo (entre a serra de Reboredo e o rio Douro) e a parte oriental do planalto de Ansiães. Segundo estes limites gerais, o *ager Baniensium* confrontava a noroeste com os *Interamici*, a norte e nordeste com os Zoelas, a oriente, ao longo do Douro, com os Vetões e a ocidente, ao longo do Tua, com uma etnia desconhecida (LEMOS, 1993: 490-492 e CRUZ, 2000: 410-411).

Um dos limites prováveis poderia ser a Serra de Bornes, acidente geográfico marcante na paisagem, que limita a norte o Vale da Vilarça e cujo topónimo parece associar-se à ideia de extremo ou limite, neste caso com a *civitas Zoelarum*. Outro elemento indicador da fronteira é estabelecido por um *terminus augustalis* localizado na igreja da Lamas de Orelhão com a inscrição “Heinc Leteram” ou “Heinc Leterani” o qual indica o *limes* pelo extremo Noroeste e o nome do povo vizinho: os *Leterani*. Esta epígrafe foi publicada pelo Abade de Baçal e anteriormente apontada por Carneiro de Fontoura (ALVES, 2000, Tomo I: 361). Ainda que esta epígrafe esteja deslocada, encontra-se próxima de um conjunto de elevações muito destacadas e estratégicas, como são a Serra de Passos-Santa Comba. O rio Tua poderia constituir o limite pelo lado Oeste. A outra referência conhecida deste povo vem do Paroquial Suévico onde Letera na bacia média do Tua, é um dos três *pagi* do Noroeste junto com Vergancia e Valariza (LE MOS, 1995: 134-135)

No extremo Sul e Sudeste o acidente geográfico mais significativo é o rio Douro que poderia marcar a fronteira com a *civitas* dos *Meidobrigenses*, povo que vem citado, anteriormente, na epígrafe da ponte de Alcântara. Pelo extremo leste, a paisagem natural vem marcar uma realidade distinta entre esta área e o Planalto Mirandês a partir da povoação de Mogadouro e as cristas de Zava e das Fragas de São Cristóvão, imponentes marcos geográficos com vestígios arqueológicos do período romano. Em termos arqueológicos talvez seja a epigrafia tipo Picote, a que melhor permite de-

finir as diferenças existentes no estilo e tipologia da epigrafia funerária, ornamentação, fórmulas utilizadas, da zona dos *Baniensis* e dos Zoelas.

Pode sublinhar-se que este território lembra o que D. Sancho I conferiu no Foral à Junqueira da Vilarça e semelhante ao que D. Sancho II define na Carta de Foral de 1225 à vila de Santa Cruz da Vilarça. Esta foi sede de um extenso concelho medieval, que incluía não só o vale da Vilarça, mas também parte dos actuais concelhos de Torre de Moncorvo, Vila Flor, Alfândega da Fé e Carrazeda de Ansiães (REBANDA, 1998). A coincidência entre a hipótese do *territorium* dos *Banienses* e a do concelho de Santa Cruz vem originada no facto de que estes *limes* correspondem a limites naturais em torno de características que apresentam uma certa homogeneidade paisagística. Assim o polígono circunscribe a área marcada entre o Tua, Bornes, Planalto Mogadouro-Miranda e Douro, limites naturais com um espaço central centrado no Vale da Vilarça e o vale do Baixo Sabor.

Assim, os territórios montanhosos do interior com populações de origem indígena podem ter resistido à implantação do modelo clássico da cidade, assim como de *villae*. Os campos seriam essencialmente ocupados por quintas ou granjas e casais, por vezes agrupando-se e formando pequenos povoados, sendo as escassas *villae* manifestações tardias do Baixo Império (CARVALHO, 2010: 81). O único exemplo claro de *villa*, no território teórico dos *banienses*, é a da Quinta da Ribeira/ Tralhariz, na qual foram achados mosaicos, publicados pelo Abade Baçal. As ca-

racterísticas de excelência do Vale da Vilarça, poderiam também albergar *villae*, ainda não relacionadas com os vestígios de superfície ou não identificadas. O resto do território seria ocupado por quintas ou granjas (Quinta de Crestelos e Silhades ?), casais, assim como outras estruturas auxiliares de transformação, ocupadas sazonalmente ou nos ciclos de plantio, colheitas agrícolas e ou transformação (Foz Ribeira do Poio, Olival da Santa, Cabeço da Grincha).

Um dos principais pilares do padrão de ocupação do solo foram os *vici*, uma das especificidades da Beira Interior e uma das marcas identitárias destas paisagens provinciais, sendo estabelecimentos relativamente habituais no interior norte da Lusitânia, tal como mostra a epigrafia (FERNANDES *et alii*, 2006, em CARVALHO, 2010). Michel Tarpin (2002) considera o *vicus* como uma fundação oficial e “instrumento de colonização”. Nisto concorda Le Roux, acrescentando que na sua maioria, os *vici* parecem ter sido fundações *ex nihilo*, tendo recebido, aparentemente, as populações dos antigos cerros amuralhados mais próximos ou, nalguns casos, sobrepondo-se às áreas mais abertas dos povoados do final da II Idade do Ferro (Silhades ?). Uma parte dos *vici* estariam posicionados, estrategicamente, nas proximidades dos limites dos *territoria* das civitates, bem como no trajecto de vias imperiais e secundárias (funcionando como estações de apoio aos viandantes e ao correio oficial). Seriam lugares de mercado e palco de algumas das tarefas administrativas e práticas

religiosas, afastados como estavam da capital de *civitas* da qual dependiam, reuniriam algumas das suas funcionalidades mais características, constituindo-se como uma espécie de extensões desse “lugar central” (LE ROUX, 1994: 155-156, em CARVALHO 2010).

No *territorium* teórico dos *Banienses* encontram-se epígrafes que confirmam três *vici*: Vila Maior-*vicus Ilex*, Quinta da Ribeira-*villa-vicus Tiri* e Lugar da Costa-*vicus Labr-* nos extremos meridionais e ocidental deste território. Outros sítios com dimensões e características semelhantes, apoiados por achados epigráficos podem evidenciar que estamos perante *vici* como o Monte de Santa Luzia?, Cabeço de Alfarela?, São Pedro de Lodões?, Nossa Senhora dos Anúncios?, ou, com mais dúvida, Silhades? Faltam ainda intervenções arqueológicas num sítio seguro com esse estatuto, permitindo estabelecer um padrão de comparação ou a simples confirmação epigráfica.

Para terminar, uma breve relação deste *territorium* com a profusão de esculturas de zoomorfos, nomeadamente berrões. São por volta de 47 berrões os que se encontram referenciados no território proposto para esta *civitas*, de um total de cerca de 74¹ berrões encontra-

¹ Segundo a contagem realizada por C. Bonnaud (2008), em Portugal são contabilizados 69 verrões com a seguinte distribuição: Trás-os-Montes 65, Beira Alta 5, Minho 4, Douro Litoral 1 e Beira Baixa 1. A estas quantidades temos que acrescentar, 4 seguros e 1 possível, novos verrões encontrados durante as prospeções, 1 na aldeia de Cabanas de Bai-

dos em Portugal, estando uma boa parte nas regiões envolventes. No geral encontram-se berrões nas regiões portuguesas de Trás-os-Montes e Beira Alta, e nas espanholas de Zamora, Salamanca, Ávila, Madrid, Toledo e Norte de Extremadura. Dentro de todas estas áreas, Ávila é a que conta com maior quantidade de estas esculturas, seguida pela região de Trás-os-Montes.

Neste território encontram-se também as conhecidas “cabeças cortadas” ou “cabeça de guerreiro” de Nossa Sr.^a dos Anúncios, publicada por Santos Júnior (1978b) e posteriormente por A. Silva 1986. Na descrição de A. Silva: Rosto proporcionado com olhos globulosos, vestígios de nariz modelado, fraturado, e boca marcada por fenda e de barba e bigode. A existência na base da nuca de uma barra transversal moldurada e de uma saliência na parte superior e depressão na zona das orelhas e o recorte da cabeça sugerem o cabelo e a figuração de um capacete muito destruído na parte anterior como, de resto, toda a escultura. Esta cabeça destaca-se do pescoço que mostra torques com remates. Recentemente foi publicada outra cabeça de granito, procedente do sítio de Castelinho em Silhades, devendo-se a sua recuperação a um particular que a recolheu no local (SANTOS e LADRA, 2014; SANTOS *et alii* 2014).

São portanto produções escultóricas, que os especialistas datam no período romano, ainda que com claras origens na II Idade do Ferro. A funcionalidade destas peças parecem relacionar-se com marcos territoriais, ou, mais comum, com elementos sepulcrais. O facto de estas aparecerem em considerável quantidade nos sítios de Olival dos Berrões, muito próximo do *vicus Ilex* (Vila Maior) e no Monte de Santa Luzia, outro possível *vicus*, convida a pensar na sua utilização em ambientes funerários, com maior incidência em aglomerados.

Com o nosso modesto contributo, pretendemos reanimar a problemática acerca da localização da *civitas* do *Baniensis*, assim como dos limites e características do seu *territorium*.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1988a) - *Roman Portugal*. Warminster. Vol. II, Fasc. 1.
- ALARCÃO, Jorge de (1988b) - *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América. 3.^a Edição, p. 49.
- ALARCÃO, J. de (1995-1996) - As civitates do Norte de Portugal. Cadernos de Arqueologia. Série II, 12-13, p. 25-30.
- ALARCÃO, Jorge de (2004) - Notas de Arqueologia, epigrafia e Toponímia - II. Revista Portuguesa de Arqueologia. 7 (2), pp. 193-206.
- ALARCÃO, Jorge de (2005) - Povoações Romanas da Beira Transmontana e do Alto Douro. Vila Nova de Foz Côa: Côavisão: Cultura e Ciência. 7, p. 9-18.
- ALVES, Francisco M. (1908-1910) - “Moncorvo. Subsídios para a sua história”. *Ilustração transmontana*. Porto: Tipografia Ocidental.

xo, 2 no adro das antigas escolas de Vilarelhos, 1 no pombal existente no sítio do Monte de Santa Luzia (Freixo de Espada-à-Cinta) e 1 possível na capela de Nossa Senhora do Roncal, Adeganha.

- ALVES, F. M. (1918) - *Memórias arqueológico-históricas do distrito de bragança*. Coimbra. 4 e 9.
- BARROCA, M. J., (2008-2009) - De Miranda do Douro ao Sabugal - Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira. *Portugalia*. Vol. XXIX-XXX, p. 193-252.
- CABRAL, A. (1910) - Castrum Baniensium (Impressões de viagem). *Ilustração Transmontana*. Porto. 3, p. 58-64.
- CAMPOS, N. e RODRIGUES, M. (2005) - Permanências e rupturas nas estratégias de povoamento da Idade do Ferro à Idade Média na região de Moncorvo. Castro, um lugar para habitar. *Cadernos do Museu de Penafiel*. Museu Municipal. 11.
- CARDOSO, Luís (1747-1751) - "Adeganha". In *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas / que escreve, e offerece ao muito alto... Rey D. João V nosso senhor o P. Luiz Cardoso, da Congregação do Oratorio de Lisboa*. Lisboa : Regia Officina Sylviana, e da Academia Real. 2 t. em 2 vol. ; 2º, p. 50-51.
- CARVALHO, Pedro C. (2007) - *Cova da Beira – ocupação e exploração do território na época romana*. Conímbriga. Anexos 4. Ed. Câmara Municipal do Fundão e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, Pedro C. (2010) - O interior norte da Lusitânia romana. Resistências, mudanças e rupturas nos primeiros tempos do Império. In *El bronce de El Picón (Pino del Oro). Procesos de cambio en el occidente de Hispania*. I. Sastre y A. Beltrán editores. Ed. Junta de Castilla y León.
- CRUZ, Carlos Manuel Simões (2000) - A paisagem e o povoamento na longa duração o nordeste transmontano - Terra Quente. Dissertação de Mestrado em Arqueologia da Paisagem apresentada ao Departamento de História do Instituto de Estudos Sociais. Universidade do Minho. 3 Vols. (Tese não publicada).
- DINIS, António P.; GONÇALVES, Emanuel C. (2014) - Projeto de Investigação e Valorização do Castelo dos Mouros (Vilarinho dos Galegos, Mogadouro): Ponto da Situação. In *actas I Encontro de Arqueologia de Mogadouro*. Mogadouro (Abril de 2013).
- HÜBNER, Emílio (1869) - *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlim.
- HÜBNER, Emílio (1871) - *Noticias archeologicas de Portugal*. Lisboa.
- IGESPAR: Base de dados Endovélico
- LE ROUX, P. (1994) - Cités et territoires en Hispanie: l'épigraphies des limites. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. XXX (I), p. 37-51.
- LEMOS, F. Sande (1993) - O povoamento romano em Trás-os-montes Oriental. Braga: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento em Pré-História e História da Antiguidade (Tese não publicada).
- LEMOS, F. Sande (1995) - Povoamento romano e medieval do nordeste Transmontano. Aspectos de continuidade e mudança: perspectivas de investigação. *Actas do Congresso Histórico 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio*.
- MAGALHÃES, Carneiro de (1845) - Achado de uma antiquilha curiosa em Trás-os-Montes. *Revista Universal Lisbonense*. p. 545-546.
- MAGALHÃES, Carneiro de (1864) - Mina archeologica. *Almanache de Lembranças Luso-brazileiro*. p. 86-87.
- PINTO, A. C.; RODRIGUES, M.; REBANDA, N.; GOMES, P. (1988) - Escavações Arqueológicas da Igreja de S. Mamede (Torre de Moncorvo) – Notícia Preliminar. *Arqueologia*. Porto. 17, p. 231-234.

- RODRIGUES, A.V.; BRANDÃO, D. (1962) - Missão de estudo arqueológico na região da Vilarça – Moncorvo. *Studium Generale. In Actas do I Colóquio Portuense de Arqueologia* (1961). Porto. *Boletim do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto*. Vol. IX, Tomo I, p. 336-351.
- RODRIGUES, Miguel Areosa; REBANDA, Nelson (1992) - Cerâmicas medievais do Povoado desertificado de Sta. Cruz da Vilarça. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 101-126.
- RODRIGUES, M. (1994) - *Cerâmicas medievais da região de Torre de Moncorvo: séc. XII-XIII*. Dissertação de Mestrado. Porto (não publicado).
- SANTOS JÚNIOR (1931) - As Serpentes Gravadas do Castro do Baldoeiro. *Actes da XV Congrés International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique. Coimbra-Porto* (1930). Paris: Librairie E. Nourry, p. 413-418.
- SANTOS JÚNIOR (1978a) - Estação arqueológica do Olival das Fragas. Quinta da Terrincha-Vilarica-Moncorvo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 23 (2-3), p. 235-251.
- SANTOS JÚNIOR (1978b) - A estação arqueológica de Vilarelhos e a cabeça de guerreiro lusitano. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 23 (2-3), p. 345-351.
- SANTOS JÚNIOR (1980a) - Necrópole do Castro do Monte de Nossa Senhora dos Anúncios (Vilarelhos - Alfândega da Fé). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 23 (4), Porto, p. 407-420.
- SANTOS JÚNIOR (1980b) - O Castelo dos Mouros, Castro do Monte de S. Paulo e a sua calçada de Alpajares (Freixo de Espada a Cinta). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. vol. XXI-II, fasc. 4, Porto.
- SANTOS JÚNIOR (1983) - A Derruída ou Vila Velha de Santa Cruz da Vilarça. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 24 (3), p. 538-548.
- SANTOS, Filipe J. C. e LADRA, L. (2014) - A cabeça antropomorfa do Castelinho. Um novo elemento da plástica antiga em Trás-os-Montes. Os Celtas na Europa Atlântica. In *III Congresso Internacional sobre a Cultura Celta* (15-17 de Abril de 2014).
- SASTRE PRATS, I. (1999) - Estructura de explotación social y organización social del territorio en la civitas Zoelarum. *Gerión*. Madrid: Universidad Complutense. 17.
- SILVA, Armando Coelho F. (1986) - *A Cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, António José Marques da (2014) - Cinco estelas funerárias do Chão da Capela (Junqueira, Adeganha, Torre de moncorvo). *Ficheiro Epigráfico*. 116. Inscrições 496-500.
- TARPIN, P. (2002) - *Vici et pagi dans l'Occident romain*. Collection de l'École Française de Rome. Paris-Rome. n.º 299.
- TAVARES, J. (1902) - Machados de Pedra. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª série, 7, p. 273-275.
- TAVARES, J. (1903) - Inscrição romana inédita. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª série, 8, p. 156-157.
- TAVARES, J. (1921-1922) - Coleção arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª série, 25, p. 128-133.
- TRANOY, A. (1981) - *La Galice Romaine*. Paris.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1913) - As Religiões da Lusitânia. Lisboa: Imprensa Nacional.